



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)



Destacou-se como compositor, com músicas gravadas por Luiz Gonzaga e Francisco Carlos, autor de novelas radiofônicas, advogado de renomados artistas, professor e juiz de direito.

Sylvio Moacyr de Amorim Araújo

Nasceu em 31 de maio de 1914, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Clóvis de Oliveira Araújo e Anna Elza de Amorim Araújo.

Em 1932, iniciou sua carreira artística na Rádio Educadora onde escrevia para o *Programa Pascoal Staffa*. Posteriormente passou a produzir crônicas para emissoras do Rio de Janeiro e de São Paulo. De 1940 a 1952, foi o produtor do *Programa Nena Martinez*, período em que redigiu para os quadros românticos “Para a sua sensibilidade” e “Momentos de amor”, além de produzir a série “Como nasceram as grandes inspirações”. Trabalhou com essa apresentadora nas rádios Guanabara, Tamoio e Tupi. Numa emissora de rádio baiana, participou de programa de auditório com o artista De Chocolat.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)

Dedicou-se também a escrever novelas radiofônicas, cujos maiores sucessos foram: *Uma Lágrima e uma Saudade*, *Alma Sertaneja* e *Caminhos Paralelos*.

Foi ainda um profícuo compositor, com mais de 200 músicas entre sambas, valsas e baiões, das quais 34 foram gravadas. O famoso cantor Luiz Gonzaga interpretou quatro delas: *Baião dos Namorados* e *Piauí*, de autoria exclusiva de Sylvio; e *Paraxaxá* e *Velho Novo Exu*, em parceria de ambos. É também de sua autoria a valsa *Suaves Reminiscências*, gravada por Francisco Carlos.

Paralelamente à carreira artística, começou sua trajetória no serviço público. Em 1942, foi aprovado em concurso para o cargo de escrivão de polícia, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, exercendo-o até 1949, quando foi transferido, a pedido, para a carreira de comissário da Polícia.

Em 1952, tornou-se advogado da Associação Brasileira de Rádio (ABR), defendendo os interesses de inúmeros artistas em demandas judiciais, incluindo o comediante Zé Trindade e o ator Paulo Gracindo. Nessa atividade cultivou grandes amizades, no entanto, a intensidade do trabalho o afastou das produções radiofônicas.

Foi orador oficial do Instituto dos Advogados da Guanabara e professor titular da Faculdade de Direito Cândido Mendes. No periódico intitulado *Revista do Rádio*, foi alcunhado de “Rei dos Desquites”, por ter atuado em vários processos judiciais dessa natureza.

Ingressou na magistratura do antigo Estado do Rio de Janeiro em 22 de agosto de 1962, mediante nomeação para o cargo de juiz de direito substituto da 17ª Região Judiciária. No ano seguinte, tornou-se juiz da 2ª Região Judiciária, por meio de permuta. Promovido, por merecimento, a juiz de direito



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOT-SEPEH)

de 1ª entrância da comarca de Itaocara em 20 de setembro de 1965, veio a atuar nas comarcas de Carmo e Cachoeiras de Macacu. Em 26 de novembro de 1968, foi promovido, por merecimento, a juiz de direito de 2ª entrância da 7ª Região Judiciária. Foi promovido, por merecimento, à 3ª entrância, em 6 de maio de 1971, tornando-se titular da 5ª Vara Cível da comarca de Nova Iguaçu, onde permaneceu até ser removido, a pedido, no ano subsequente, para a 2ª Vara da comarca de Petrópolis. Em 1973, foi removido, por permuta, para a 3ª Vara Cível da comarca de Niterói. Com a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975, passou a integrar o Judiciário da nova unidade federativa.

Em suas decisões, revelava preocupação social, como na liminar em *habeas corpus* no qual o locador de um imóvel objetivava assegurar um reajuste bem superior ao do estabelecido em decreto do presidente da República João Goulart, que tabelara os preços dos aluguéis. A liminar foi negada sob o argumento de que “a ganância de alguns não é miscível com a necessidade de outros”. Em outra ocasião, baixou portaria proibindo os oficiais de justiça de executarem ações de despejo durante as comemorações de Natal e Ano Novo.

Faleceu em 21 de setembro de 1979, em pleno exercício da magistratura, deixando um legado de competência profissional em todas as atividades que desenvolveu, perpassado por um profundo senso de dever, preocupação com os dramas humanos e sensibilidade lírica.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOS-SEPEH)

Fontes consultadas

Concurso de provas para provimento em cargos de classe inicial da carreira de escrivão de polícia, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Diário Oficial da União, Seção I, 25 de abril de 1962, p. 6874.

Conferências. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1962, Segunda Seção, p. 4.

Estado do Rio tem nova organização judiciária. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12 de março de 1962, p. 3.

Justiça garante legalidade do decreto que tabelou aluguéis: “ganância não tem amparo legal”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24 de março de 1964, p. 2.

Jubileu de Sílvio M. Araújo: trocou a fama para defender os radialistas. *Revista do Rádio*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1957, p. 25.

Livraria do CM tem visita de juristas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1967, 1º Caderno, p. 3.

Posse da Diretoria do Instituto dos Advogados. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1962, p. 5.

RIO DE JANEIRO (Estado). Poder Judiciário. Ficha funcional do magistrado Sylvio Moacyr de Amorim Araújo. Cópia digital. Acervo do Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DGCOS-SEPEH).

Sylvio Moacyr de Amorim Araújo (obituários). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1979, 1º Caderno, p. 20.

Sylvio Moacyr Araújo. *Revista do Rádio*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1952, p. 55.

Um juiz liberta seu samba. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de março de 1965, Caderno B, p. 4.

17 novos juízes serão nomeados. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1962, p. 7.